

» Entrevista | HÉLVIA PARANAGUÁ | SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DO DF

Gestora destacou a atuação da Assessoria de Cultura de Paz na conversa com profissionais da educação e com pais para evitar ataques como o ocorrido no Cemab. Também ressaltou que não é momento para professores cobrarem reajuste

Ação conjunta contra violência na escola

» JOSÉ ALBUQUERQUE*

A atual onda de violência nas escolas públicas do Distrito Federal foi um dos temas abordados, ontem, no programa CB.Poder — parceria entre

o Correio Braziliense e a TV Brasília. Em entrevista às jornalistas Ana Maria Campos e Jaqueline Fonseca, a secretária de Educação do Distrito Federal, Hélvia Paranaguá, falou

sobre a atuação da pasta para evitar a violência nas escolas e também a importância da proibição de celulares.

“Fizemos uma pesquisa com questionários direcionados a

professores, coordenadores pedagógicos, diretores e vice-diretores para sabermos a percepção deles sobre a proibição do celular. O resultado foi bastante positivo”, disse.

Hélvia também destacou o Projeto para o Mundo, projeto que irá levar 100 estudantes do ensino médio para o Reino Unido, cujas inscrições terminam em dia 29.



Confira a entrevista completa, apontando a câmera do celular

Ainda tem muitos casos de agressões, violência dos alunos com os professores?

Temos episódios. Infelizmente, na semana passada, tivemos um caso no Centro de Ensino Médio Ave Branca (Cemab), uma escola maravilhosa que tem aprovado muitos estudantes nas universidades, mas teve um episódio que diz respeito a um aluno com o professor. O professor pediu para ele se ausentar, sair da sala de aula, e ele pegou o professor na saída da escola, com a turma. Hoje, estamos com a equipe dentro da escola e suspendemos as aulas para fazer uma mediação. A Assessoria de Cultura de Paz foi lá conversar com os profissionais da educação e com os pais dos estudantes envolvidos. Ainda temos episódios. Muitas vezes, percebemos a ausência da família também, aquele acompanhamento. Eu sempre conclamo isso: vamos acompanhar os filhos.

Existe um balanço sobre o impacto da lei que proíbe o uso de celulares nas escolas do DF?

Fizemos uma pesquisa com questionários direcionados a professores, coordenadores pedagógicos, diretores e vice-diretores para saber a percepção deles sobre a proibição do celular. O resultado foi bastante positivo. A grande maioria afirmou que percebeu melhorias: os alunos estão mais focados, mais tranquilos e interagindo mais durante o recreio. Antes, durante o recreio, por exemplo, eles ficavam presos ao celular. Agora, as escolas têm investido em brincadeiras, jogos e tênis de mesa. Na sala de aula, por mais que o professor pedisse para desligar o celular, os alunos continuavam usando. Antes a proibição existia, mas não era cumprida. Agora, a regra está mais firme e tem sido respeitada. É claro que ainda ocorrem alguns episódios pontuais, como em casos de brigas em que ligam o celular para filmar. Mas, no geral, a mudança está sendo muito positiva. Estou muito satisfeita com o resultado da pesquisa.

O Sindicato dos Professores vai fazer uma assembleia. Existe possibilidade de deflagrar uma greve. Como a secretária está atuando nisso? Quais são as percepções com relação a essa possível greve que vai ser discutida amanhã na assembleia?

No governo, há uma mesa constante de conversa com o sindicato. Normalmente é a Casa Civil, a Secretaria de Economia e a Secretaria de Educação com o sindicato dos professores. Mesa de negociação aberta. Espero que a greve não venha, porque os prejuízos são muito grandes para os estudantes e para as aprendizagens. É ruim para o professor também, porque ele acaba perdendo o

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



recesso do meio do ano, perde o sábado, porque tem que repor. Os 200 dias letivos são obrigatórios, e a gente tem que fazer reposição. É ruim para todo mundo, é ruim para a família, porque não tem com quem deixar o filho. Então, causa-se um tumulto muito grande na sociedade. A gente entende as reivindicações da categoria. Eu só digo que o momento é inoportuno. Porque o Distrito Federal se encontra hoje numa situação prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal, ou seja, a gente não está podendo gerar despesa com pessoal nesse momento. Espero que o bom senso prevaleça.

Em termos salariais, o GDF não tem condições de oferecer nada?

Não tem. A gente tem conversado com o secretário Ney Ferraz, com o secretário Gustavo Rocha, com o próprio governador, com a vice-governadora Celina Leão, e é isso. Não tem como, nesse momento, dar aumento para nenhuma categoria. É aguardar o momento adequado, esperar. É o momento de esfriar os ânimos e continuar negociando para ver como e quando a gente pode ter uma melhoria salarial para as duas categorias, tanto o magistério público, quanto a PPGE (Plano de Carreira do Professor da Educação Básica).

Explica como é o projeto Ponte para o Mundo, que está com inscrições abertas, quem pode participar, como é que vai funcionar?

Acredito muito nesse programa de intercâmbio, porque ele representa um sonho para mim, fui uma estudante que também teve a oportunidade de participar de um intercâmbio (internacional). Esse programa é destinado aos alunos da segunda série do ensino médio, seja das escolas regulares, seja das profissionalizantes, e leva os estudantes para países do Reino Unido, como País de Gales, Inglaterra, Escócia ou Irlanda. Para participar, eles precisam ter habilidades em inglês, demonstrar assiduidade e passar por uma prova de proficiência que ocorrerá em 8 de junho. As inscrições vão até o dia 29, e os 100 primeiros colocados serão classificados, levando em conta a proporcionalidade das regionais de ensino.

Estou muito animada com a possibilidade de oferecer essa oportunidade aos alunos da rede pública. Nos Centros Interscholares de Línguas (CILS), os estudantes têm acesso a cursos de inglês, espanhol, francês, japonês e alemão — este último apenas no CIL do Plano Piloto. Embora o CIL também

Esse programa (Ponte para o Mundo) é destinado aos alunos da segunda série do ensino médio, seja das escolas regulares, seja das profissionalizantes”

A gente entende as reivindicações da categoria (dos professores). Eu só digo que o momento é inoportuno”

atenda a comunidade, somente os estudantes da rede pública podem participar do programa de intercâmbio, fazendo a inscrição de forma direta durante o período de inscrições. Todos os custos desse intercâmbio serão pagos pelo Governo do Distrito Federal, incluindo uma bolsa mensal de 300 libras para cada estudante.

A Secretaria de Educação vai enviar à Câmara Legislativa a proposta do cartão uniforme escolar. Como será esse projeto?

Isso é bem bacana. Primeiro, porque estamos tirando de cima do diretor da escola a responsabilidade de entregar o uniforme para milhares de estudantes. São três milhões de peças, porque são sete peças por estudante. É muito pesado para eles (os diretores). As malharias do Distrito Federal e o Sindicato das Indústrias de Vestuário (Sindivest) assumiram esse compromisso conosco, com apoio, inclusive, da Fé comércio e do Sesc. A ideia é de que o cartão uniforme seja nos mesmos moldes do cartão material, que é feito por credenciamento (das empresas). Elas serão credenciadas na Secretaria de Educação e vão poder confeccionar e comercializar por meio do cartão.

Os pais recebem esse cartão?

Sim, recebem o cartão, vão com o aluno à rede credenciada, escolhem o uniforme. A criança experimenta o uniforme, o pai compra o uniforme (via cartão) — tanto o enxoval de inverno, quanto o enxoval de verão.

Mas mantém o mesmo padrão de sete peças?

Mesmo padrão, sete peças, mesma malha, tudo, pois será uma legislação que especifica.

Para as crianças que estão começando na escola, como estão as vagas em creches e o trabalho para reduzir o déficit?

Quando o governador Ibaneis assumiu, havia 26 mil crianças na fila de espera por creches. Em julho de 2021, esse número era de 24 mil. Hoje, temos cerca de 3 mil crianças aguardando e vamos entregar 15 novas creches e CPIs agora em julho. Também temos o cartão creche, que libera diariamente vagas em creches parceiras, além de convênios com instituições privadas que contribuem muito para a meta de zerar a fila até dezembro. O governador me cobra isso todos os dias, e estou comprometida em cumprir essa promessa.

*Estagiário sob a supervisão de José Carlos Vieira